

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldar (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 210.^a Sessão (Extraordinária)
Realizada em 30 de Outubro de 1973
(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 14 00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Foad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Paulo Poli — Paulo Camargo — Quiese Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Emilio Carazzai. (35); achando-se ausentes os srs. Deputados Santos Lima — Hélio Manfrinato — Agui-naldo Pereira Lima — Francisco Escorsin — Haroldo Bianchi — João Fadel — Lázaro Dumont — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 35 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Em Votação em Discussão única — da Proposição n.º 227-73, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 217-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, que dá nova redação ao item 11, do Parágrafo único do Artigo 56, da Lei n.º 6.364 de 29 de dezembro de 1972 Lei Orgânica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — I.C.M. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A tramitação do Projeto de Lei, ora vetado pelo Poder Executivo conforme fundamentação subscrita pelo Sr. Governador do Estado, Dr. Emilio Gomes, tem o Projeto alguns aspectos que queríamos deixar registrado no encaminhamento desta votação. Primeiramente, em data de 28.12.72, firmamos juntamente com os srs. Deputados Domicio Scaramella, Nivaldo Kruger, Erondy Silvério um documento em que se atendia a um problema exclusivamente legislativo com a concordância inclusive do ilustre líder do Governo e da Arena, Deputado João Mansur, no sentido de não se deixar o Estado do Paraná sem que fosse estabelecida a alíquota do ICM para 73. Pois estávamos em fins do mês de dezembro de 72 e se não fosse aprovada a Lei Orgânica do ICM o Estado não teria alíquota para este ano, pois só no ano seguinte é que a matéria poderia entrar em vigor.

O Requerimento pedia que as diversas Emendas existentes neste sentido tivessem concedida a sua retirada não só das que foram subscritas textualmente, o Requerimento diz assim, mas também das Emendas subscritas pelos demais srs. Deputados, no sentido de que se constituísse um Projeto de Lei à parte para que em entendimento direto com o Sr. Secretário da Fazenda, fosse a matéria discutida. Entretanto, a Emenda da qual pedia destaque, também foi objeto de um Projeto de Lei à parte e, que acabou sendo vetado pelo sr. Governador.

Acreditamos que o Sr. Secretário da Fazenda deva sim, ter tomado conhecimento da matéria porque ela disciplina matéria das mais absurdas que possa se conceder.

A Lei Orgânica do ICM estabelece no seu Artigo 56 n.º 11 com relação à apreensão de mercadoria: (Lê) — "É admissível a apreensão de mercadoria livre de documento que prove material de infração tributária mediante termo de depósito".

Quer dizer, o Poder fiscal age disciplinarmente. Isso é, entende-se que em qualquer fase de um procedimento fiscal, o comerciante fica sujeito a esta apreensão. O Projeto de Lei n.º 217-72 estabeleceu:

(Lê): "É admissível apreensão de mercadoria livre de documento que prove material de infração tributária, mediante termos de depósito, sendo flagrante a infração, ficando o infrator com cópias de todos os autos devidamente autenticados. Logicamente se não houver flagrância da infração, o comerciante não pode ficar sujeito a ter mercadoria sua apreendida mesmo porque essa mercadoria pode até já ter sido vendida se não apreendida por ocasião do flagrante e, estar-se-á discutindo tão somente se é devido, ou não o imposto, se existe ou não a infração. De modo que, sujeitar o comerciante a uma apreensão de mercadoria, nestes termos é dar ao poder fiscalizante é dar ao Estado um poder que é leonino e sujeita os comerciantes a uma atuação muitas vezes até criminosas, porque a qualquer instante, desde que ele enha um processo fiscal, ele poderá ter os seus livros apreendidos e as mercadorias que muitas vezes nem são mais aquelas que serviram de objeto ao procedimento fiscal.

Além de tudo isto, o Veto ainda é sustentado pelo preceito contido no parágrafo 1, letra A do artigo 25 da Constituição. Então diz Sua Excelência, o Sr. Presidente:

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame, decorre da sua inconstitucionalidade, face ao conceito contido no parágrafo 1.º, letra A, artigo 15 da Constituição.

O Parágrafo citado diz o seguinte: — (Lê):

"Artigo 25 — A iniciativa das Leis cabe a qualquer membro ou Comissões da Assembleia Legislativa ou Tribunais Estaduais".

Ora, o Projeto de Lei n.º 217-72 não dispõe sobre matéria financeira, ele

dispõe sobre o procedimento do poder fiscal em relação às infrações devidas, isto é, trata-se de direito adjetivo e não de direito substantivo. Consequentemente não podia ter sido invocada a letra A do parágrafo 1.º do artigo 25 da Constituição e demais, mesmo que fosse mesmo que o fosse, a sanção que volta por parte de Sua Excelência sanaria qualquer incompetência de iniciativa, mas não existe essa incompetência porque não se trata de matéria financeira. Nós não estamos legislando, neste caso, sobre se o Estado vai cobrar mais ou menos impostos, é apenas com relação ao processo fiscal que é um processo que gira em torno de matéria financeira mas não constitui matéria financeira. Ele visa assegurar o Estado a receber a matéria financeira. Mas nós também estamos procurando dar ao comerciante o direito que ele tem das suas propriedades dos seus livros fiscais e principalmente, de ter a sua mercadoria ao abrigo de qualquer discricionarismo de um Fiscal do Estado, nada mais que isto.

Portanto, não se trata de matéria financeira.

Nós solicitamos da Casa, que examine o Veto de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, eis que, além desse Veto ferir aquilo que ficou convencionalizado de que toda matéria estava com Emenda quando tramitava por esta Casa o Projeto da Lei Orgânica do ICM seria objeto de análise do Sr. Secretário da Fazenda, e este caso não foi submetido à análise do Sr. Secretário da Fazenda.

Consequentemente, nós solicitamos da Casa que examine a matéria, a fim de que...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência adverte V. Exa., de que lhe resta apenas um minuto para a conclusão.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado, estou concluindo.

... que examine, repito, o caso em condições especialíssimas, para que não fique sem o necessário reparo desta Casa, o que em nada pode significar de atuação do Legislativo com relação ao Poder Executivo mas tão somente para que as coisas sejam colocadas em seus devidos termos. É um equívoco do Poder Executivo este Veto, e consequentemente deve ser rejeitado.

Era isso, Sr. Presidente, o que tínhamos a aduzir como uma questão pura e exclusivamente de justiça. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação a Proposição n.º 227-73.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente srs. Deputados.

Na manhã de hoje, o Sr. Deputado Antonio Lopes Júnior, membro da Comissão Especial incumbida de relatar o Projeto de Lei destinado a introduzir alterações na Lei Orgânica do ICM estava com S. Exa. o Sr. Secretário dos Negócios da Fazenda, Dr. Mauricio Schuman. E, na oportunidade, pela segunda vez discutiu detalhes relativos à formulação do documento que haverá de merecer da Comissão de Constituição e Justiça parecer técnico possibilitando ao Plenário a votação da matéria que, segundo reconhece o próprio Secretário da Fazenda, haverá de corrigir distorções que nós todos sabemos existir na formulação das Leis do ICM.

Quando o Sr. Governador vetou o Plano de Lei que tem como autor o inteligente e nobre Deputado Muggiati Filho não só as razões constantes da justificativa o levavam a assim proceder mas considerou também o Sr. Governador o fato de que nesta Casa de Leis uma Comissão Especial organizada para tal, levanta o problema, debate o problema. E do Estudo, já emituiu parecer que deve nos primeiros dias da próxima semana, merecer também parecer do titular da Pasta da Fazenda. Informou-me, há poucos instantes o sr. Deputado Antonio Lopes Júnior, que na próxima 4.ª-feira, amanhã portanto os Senhores membros desta Comissão voltarão à presença do Sr. Secretário da Fazenda, para na oportunidade discutirem aspectos relacionados com as inúmeras Emendas oferecidas à Lei Orgânica do ICM por ocasião da tramitação daquela matéria nesta Casa.

É evidente que no encaminhamento da votação do Veto Governamental, não pretende este Deputado compromissar-se ou compromissar a Bancada com futuro apoio à matéria, da natureza da que se está discutindo; todavia, devo lembrar que por ocasião das reuniões que se ferirão entre a Bancada e o Secretário, amanhã na Secretaria da Fazenda e na próxima semana em nível de Comissão, nesta Casa de Leis, esta matéria haverá também de ser discutida porque segundo o relatório, está inserida também a modificação do artigo 56 daquela Lei Orgânica.

Portanto, encarego à Bancada da ARENA que se dê apoio ao Veto governamental, sem que isto absolutamente, signifique que a matéria não possa vir a ser objeto de deliberação pela Comissão Especial e posteriormente mereça deste Plenário votação por ocasião da apreciação do Plano de Lei que para aqui virá nos próximos dias, consequência das inúmeras Emendas oferecidas à Lei Orgânica e agora fundidas para a apreciação deste Plenário. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. MAURICIO FRUET — (Pela ordem). Sr. Presidente, conforme ficou delineado e definido da exposição do Nobre Líder da Casa, Deputado Ivo Thomazoni, este Poder deverá receber, nos próximos dias um Plano de Lei que sane e ofereça exatamente os subsídios constantes do Projeto de Lei do eminente Deputado Muggiati Filho cujo veto está sendo agora apreciado pela Casa.

Pediria a V. Exa., Sr. Presidente, ouvido o Plenário o adiamento da discussão do referido Veto por mais três Sessões. Discussão e votação. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas para que não se comprometa esta Liderança, devo reafirmar que ao solicitar da Bancada apoio ao Veto, me resguardei dizendo que, absolutamente esta posição não continha qualquer compromisso futuro de apoio à matéria idêntica.

Todavia afirmei que nada obsta que a Comissão Especial encarregada da reformulação da Lei Orgânica do ICM inclua matéria desta natureza se considerar matéria relevante e que será objeto de discussão já amanhã, na Secretaria da Fazenda com o Secretário daquela Pasta e, na próxima semana, em nível de Comissão na Assembleia Legislativa.

Era esta a posição que desejava reafirmar. — (Sem revisão do orador).

O SR. ANTONIO LOPES JR. — (Pela ordem). Sr. Presidente apenas para retificar um pequeno engano quero informar à Casa, especialmente ao Nobre Líder, Deputado Ivo Thomazoni, que a reunião da Comissão da qual seu Presidente se verificará na próxima quarta-feira na outra semana, não amanhã porque o ilustre membro do MDB, Deputado Domicio Scaramella, que pertence à Comissão não se encontra na Capital e achei oportuno que a reu-

nião se realizasse na próxima semana com a presença indispensável do representante do MDB na Comissão. — (Sem revisão do orador).

A SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao Nobre Deputado Maurício Fruet que na Sessão de ontem, a Requerimento deste mesmo Deputado, esta Presidência, contrariando o Regimento Interno adiou a votação da Proposição n.º 227-73 entendendo válida a argumentação feita pelo Deputado Maurício Fruet de que o autor do Projeto, o Deputado Muggiati Filho não se encontrava nesta Capital.

Informa ainda ao Deputado Maurício Fruet que se adiar por três sessões a votação da Proposição n.º 227-73, ela automaticamente perderá seu sentido porque o prazo expira dia três do próximo mês.

O SR. MAURICIO FRUET — (Pela ordem) Sr. Presidente, devo registrar apenas o meu agradecimento a V. Exa., pela atitude tomada por essa Presidência, na tarde de ontem, atitude democrática e de respeito ao Poder Legislativo como só é acontecer com V. Exa., ao conceder o adiamento da votação do referido Projeto que estava em discussão na tarde de ontem.

Desejo consignar, portanto, nossos agradecimentos pela atitude adotada por V. Exa. na sessão de ontem. — (Sem revisão do orador).

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, não pretendiamos voltar à Tribuna, mesmo porque o Regimento não nos faculta que dela nos sirvamos por mais de uma vez.

Porém há uma questão de ordem que gostaríamos de esclarecer, porque tendo V. Exa. relativamente a um pedido de adiamento da votação do Deputado Maurício Fruet, feito alusão a que já houve adiamento e, portanto a matéria deve ser votada, nós ao pretendemos o adiamento dessa votação, seria justamente para que ficasse esclarecido um ponto que nós reputamos fundamental porque poderá V. Exa. dizer nós fizemos parte da Comissão Especial, inicialmente encarregada de estudar as Emendas destacadas. Porém, com nossa eleição para a 2.ª Secretaria fomos substituídos nessa Comissão pelo Deputado Domicio Scaramella e perdemos o contato com o andamento da Comissão. Estamos impedidos de participar das reuniões dessa Comissão por uma razão simples: o Regimento Interno nos proíbe.

Consequentemente diante das razões as mais ponderadas e ilustradas do eminente Líder do Governo e do ilustre Presidente da Comissão Especial, nós não pudemos concluir, entretanto se essa Emenda que já constitui Projeto de Lei ora sob Veto que se está votando, ela teve também ac ser destacada, seu encaminhamento a essa Comissão. Se ela não estiver encaminhada para a Comissão Especial ela não poderá ser objeto de deliberação, consequentemente, pode a Casa, que é composta na sua grande maioria por elementos que representam também as classes conservadoras nesta Assembleia Legislativa, entender de melhor examinar o veto.

A matéria é de alta importância para o exercício para a prática do comércio, seja do pequeno ou do grande comerciante.

Querira aduzir algumas razões mais, porém noto que o tempo está esgotado pelo que agradeço a V. Exa., ter me concedido usar da palavra nesta questão de ordem. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 5 de novembro às 14.00 horas com a mesma Ordem do Dia marcada para hoje. Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 211ª Sessão Ordinária Realizada em 30 de Outubro de 1973 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldari — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Paulo Poli — Paulo Camargo — Quielse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Emilio Carazzai, (35); achando-se ausentes os srs. Deputados Santos Lima — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Francisco Escorsin — Haroldo Bianchi — João Fadel — Lázaro Dumont — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento dos Sargentos Antonio Aridaldo Walter e Haroldo Cordeiro Filho, do Soldado Roney Gumy e do Recruta Ademir Pujansyl, ocorrido ontem, em lamentável acidente de trânsito.

Outrossim requer ainda de-se ciência da decisão da Casa ao Comandante da Polícia Militar do Estado e aos Familiares das vítimas através daquela corporação.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1973.

(a) — Mauricio Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário,

Requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo pela passagem do 240.º aniversário de fundação do Município de Morretes que deverá transcorrer amanhã dia 31 do corrente.

Requer outrossim, uma vez aprovado a presente proposição, dê-se ciência da decisão da Casa ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1973.

(a) — Nelson Buffara.

JUSTIFICATIVA:

A fundação do tradicional Município de Morretes, data de 1721, quando o Ouvidor Rafael Pires Pardiniu determinou que a Câmara Municipal de Paranaguá, demarcasse 300 braças em quadra, no local onde seria a futura povoação de Morretes, e a 31 de outubro de 1733 a Câmara Municipal de Paranaguá determinou a demarcação das terras. O primeiro morador da região foi o Sr. João de Almeida.

Pela Lei provincial n.º 16 de 1.º de março de 1841, foi elevada à categoria de Município, sendo desmembrado de Antonina e instalado solenemente a 5 de julho de 1841. A 24 de maio de 1869, pela Lei provincial n.º 188, passou a denominar-se Nhundiaquara e recebeu os foros de cidade e 7 de abril de 1870 pela Lei n.º 277, passou a denominar-se "Morretes".

Requerimento

Senhor Presidente:

Valendo-me de cobertura regimental e o presente Requerimento para, obtida a aquiescência do Plenário, seja mantida a Sessão do dia 31 do corrente mês, e desta forma tornado sem efeito o Requerimento anterior em sentido contrário.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 1973.

(a) — Luiz Roberto Soares

Requerimento

Senhor Presidente:

O Paraná transforma-se por fatores diversos, em grande produtor de trigo. O lavrador, incentivado pela produção do soja, aproveita a sua terra e tecnologia para no período da entressafra do soja cultivar o trigo, que se transforma por essa razão em grande investimento. Apesar de insucessos naturais ocasionados por fatores climáticos e falta de assistência técnica adequada o referido produto tem demonstrado sua alta produtividade e rendimento econômico, comparado em qualidade e padrão com os melhores do mundo, superando longe as melhores produções do Rio Grande do Sul. Estima-se em trezentos e cinquenta mil a quatrocentos mil toneladas a produção de trigo no Paraná — nesta safra de 73 produção que poderá duplicar já no próximo ano, tendo em vista o aumento da área de plantio. A cultura do produto em nosso Estado se verifica sobretudo em pequenas áreas, com o lavrador plantando-o muitas vezes exclusivamente para seu próprio consumo. Essa prática trouxe a implantação de inúmeras unidades moageiras de pequena capacidade destinadas a moer o trigo para o pequeno produtor. Calcula-se que aproximadamente cem pequenos moinhos acham-se instalados nas regiões produtoras de nosso Estado, e estão sendo notificados pela CTRIN, órgão do Banco do Brasil a suspenderem suas atividades com base no Decreto Lei 210 e Portaria da Sunab que são omissos quanto a esse tipo de moagem. Essa medida provocará o surgimento de grandes problemas desestimulando o pequeno produtor. Entre os prejuízos de tal providência destacam-se: a) o pequeno lavrador não pode usar o seu produto para a sua alimentação obrigando-se a entregá-lo ao Banco do Brasil, b) para entregar 10 ou 20 sacas de trigo precisa enfrentar os mesmos problemas que um agricultor que colhe cinco mil ou dez mil sacas ou seja enfrentar a fila de caminhões normalmente existentes na época da colheita, bem como esperar a sua vez de receber os poucos cruzeiros que a colheita lhe deu. Normalmente essas pessoas desistem de entregar o seu produto, aproveitando-o para ração animal, c) a maioria dos pequenos moinhos é uma atividade familiar onde os serviços prestados servem ao sustento dessas famílias. Ora, com a proibição da prestação de serviços, tirou-se a liberdade de profissão do indivíduo e pior que isso tirou-se o seu sustento. d) o lavrador mesmo que entregue o seu produto, recebe por ele Cr\$ 45,00 (quarenta e cinco cruzeiros) por saca. Posteriormente terá que adquirir a farinha no Comércio por Cr\$ 90,00 (noventa cruzeiros) ou Cr\$ 95,00 (noventa e cinco cruzeiros). É justo essa diferença?

Diante do exposto e considerando os benefícios do incentivo a uma maior produção de trigo, que por certo surgirão em escala elevada, o Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, expediente solicitando seja permitido aos pequenos moinhos, o desempenho de suas atividades bem como seja estudada modificação da legislação do Decreto Lei 210, dando prioridade para os moinhos localizados nas zonas produtoras e consumidoras evitando com isso o longo passeio do trigo.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1973.

PROJETOS DE LEI:

(a) Alvaro Dias

PROJETO DE LEI N.º 253-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campina Grande do Sul, um trator de marca Internacional, modelo TD-6, série N 1050, de propriedade da Secretaria de Agricultura, que está na posse daquele Município em regime de comodato.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1973.

(a) — Quielse Crisóstomo

JUSTIFICATIVA:

O trator que pretendemos doar ao Município de Campina Grande do Sul já se encontra na posse do Município, que dele está fazendo uso útil, mas não tem condições financeiras para comprá-lo definitivamente.

PROJETO DE LEI N.º 254-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Bamerindú de Assistência Social, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1973.

(a) — João Mansur

JUSTIFICAÇÃO: — A Fundação Bamerindus de Assistência Social, instituída pela Fundação Bamerindus e pelos membros das Diretorias e dos Conselhos de Administração de empresas da Rede Nacional Bamerindus, nos termos da escritura pública outorgada em Notas do 10.º Tabelião de Curitiba, aos 9 de julho de 1971, com personalidade jurídica de direito privado, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, à rua Marechal Deodoro, 314 — 12.º andar, tem como objetivos principais, conforme artigo 3.º do seu Estatuto: "auxiliar entidades regularmente constituídas, que se dediquem a obras e programas de assistência social, localizadas no território nacional, na área de atividades dos estabelecimentos da Rede Nacional Bamerindus e estimular a cultura".

A Fundação não remunera seus diretores nem seus conselheiros e tampouco distribui lucros ou dividendos.

Os dirigentes da Fundação são pessoas de reconhecida idoneidade moral.

A Fundação publica semestralmente o demonstrativo da conta receita e despesa.

Trata-se de entidade do mais alto valor social eis que seu objetivo dirige-se a medidas positivas no sentido de encontrar soluções para problemas comunitários, já tendo sido, por ato assinado pelo Sr. Prefeito de Curitiba, reconhecida de utilidade pública municipal (Lei n.º 4.560, de 26-4-73), justificando-se plenamente seja também reconhecida de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI N.º 255-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública o GRÊMIO ESTUDANTIL TÉCNICO COMERCIAL — GETEC — de Rio Negro, com sede em Rio Negro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1973.

(a) — **Maurício Fruct**

JUSTIFICATIVA — O Grêmio Estudantil Técnico Comercial — GETEC — de Rio Negro, fundado em 9 de maio de 1962, encontra-se devidamente registrado sob n.º 40, fls. 20 verso, do Livro n.º 1, do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Rio Negro.

Tem por finalidade entre outras: incentivar e defender o estudante do ensino comercial; promover o desenvolvimento da cultura; auxiliar a formação física, moral e intelectual dos estudantes.

Sendo uma entidade sem fins lucrativos, e que visa exclusivamente, o bem estar de seus associados, nada mais justo de que este Poder Legislativo através do presente Plano de Lei conceda o Título de Utilidade Pública, dando assim maiores condições ao Grêmio Estudantil Técnico Comercial de Rio Negro para prosseguir seu brilhante trabalho com o objetivo de cumprir seus propósitos estatutários.

PROJETO DE LEI N.º 256-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Clube de Exportadores e Importadores do Paraná — "CEXIMPAP", com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1973.

(a) — **Antônio Costa**

JUSTIFICAÇÃO: — Trata-se de entidade que tem por objetivo congregar aos exportadores e importadores, bem como a todos quantos participam da atividade de comércio, visando promover uma mentalidade orientada para a exportação e importação, através de palestras, cursos, debates, cuidando sempre dos interesses dos seus associados.

PROJETO DE LEI N.º 257-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação São José, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 30 de outubro de 1973.

(a) — **João Mansur**

JUSTIFICAÇÃO: — Instituída em julho de 1965 pela família de Avelino Antônio Vieira, conhecido banqueiro e Presidente da Rede Nacional Bamerindus, hoje Membro do Conselho Monetário Nacional, destina-se a Fundação São José à obra comunitária de assistência, tendo como área principal de atividades sociais a cidade berço da família instituidora, Tomazina, localizada no Norte Velho do Estado do Paraná.

Entre as obras de vulto já realizadas pela entidade, destacam-se o asilo-modelo para velhos, que já abriga cerca de 35 internos, todos desfrutando do melhor conforto e uma escola profissional, destinada a proporcionar a meninas lesamparadas conhecimentos úteis e profissionais. As alunas, em número de 5, em regime de internato, recebem manutenção durante o curso. O número das que transitam por essas duas instituições, que delas dependem, entre internos, responsáveis e serviços, corpo docente e discente, está em derredor de 60 pessoas.

A Fundação não remunera seus diretores nem seus conselheiros e tampouco distribui lucros ou dividendos.

Os dirigentes da Fundação são pessoas de reconhecida idoneidade moral.

A Fundação publica semestralmente o demonstrativo da conta de receita e despesa.

Trata-se, portanto, de uma entidade do mais alto valor social pelo atendimento comunitário que dispensa a desassistidos, justificando-se plenamente seja reconhecida de utilidade pública estadual.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra ao Dr. Ivo Moreira, Secretário do Planejamento do Governo do Estado que fará uma explanação aos Srs. Deputados do Plano de Governo do Sr. Emílio Gomes.

O SR. IVO MOREIRA — Exmo. Sr. Deputado João Mansur, Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Srs. Deputados, minhas Senhoras.

(Lendo): — "Tenho a honra de comparecer a esta Assembleia Legislativa para, cumprindo determinação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, fazer a entrega a esta Casa, do documento "Diretrizes de Ação 73/75", que representa o prosseguimento do esforço de planejamento iniciado com a divulgação do "Diagnóstico e Diretrizes de Ação".

Encaminhando o documento a esta Assembleia Legislativa, o Senhor Governador reafirma que o planejamento é um processo que não pode ficar restrito aos gabinetes governamentais, mas sim, deve envolver ativamente a comunidade na discussão de suas teses, principalmente através de sua representação política. Escolheu, portanto, o Governador Emílio Gomes, a Assembleia Legislativa para centralizar o lançamento do presente trabalho, por entender que esta deve ser o polo refletor das legítimas aspirações da população.

Fato importante e auspicioso, é a prova de maturidade técnica e política que o nosso Estado dá, ao prosseguir sem solução de continuidade, em seu esforço de racionalizar a conduta do Poder Público e indicar à sociedade paranaense, os rumos que julga mais adequados para a consecução dos objetivos de desenvolvimento coerentes com aqueles traçados para o País. Isto se fez mesmo vivendo as condições institucionais adversas que são do pleno conhecimento e testemunho de Vossas Excelências.

Embora esteja concluído há alguns meses o presente trabalho, cujas providências de implantação estão em pleno curso, teve sua divulgação retardada em função de tais adversidades. Entretanto, o Governador Emílio Gomes, expressando a sua sensibilidade para o caráter que deve assumir o planejamento, por natureza impessoal, decidiu divulgá-lo mesmo imprimindo ao processo a sua orientação pessoal o que também faz parte da essência do Sistema que deve, sobretudo refletir tecnicamente o cumprimento de diretrizes políticas.

Ao lançar o presente documento, o Governador do Estado o faz, certo de que ele incorpora as mais legítimas aspirações da comunidade paranaense, em função das críticas e debates a que foi submetida a sua versão preliminar: o Diagnóstico e Diretrizes de Ação. Muitas das sugestões propostas foram discutidas e aproveitadas; outras, embora guardando sua validade, careciam, por enquanto, de condições objetivas para sua implementação.

O documento que ora se edita tenciona significar uma nova etapa no processo de planejamento, revitalizado pelo "Diagnóstico e Diretrizes de Ação".

Enquanto aquele cumpria, primordialmente, uma função de motivação e crítica, colocando em debate a situação do Estado em seus enfoques mais importantes, pretende-se agora, descer ao campo operacional, com a descrição e a quantificação das ações que o Governo se propõe, a empreender ou está empreendendo.

Pretende-se pois, que este seja um documento mais operativo, no qual as diretrizes políticas básicas foram mantidas por terem se revelado coerentes com a realidade a enfrentar, por sua vez, a ação do setor público é explicitada, para que possa ser periodicamente avaliada e revista. Ao se decidir por este caminho, o Governo conhece perfeitamente os riscos que corre. Um processo de planejamento, que deve levar a uma total compatibilidade entre intenções, definições políticas e ação, é naturalmente, lento e requer reavaliação constante. Estes poucos conceitos aparentemente irrelevantes, exigem um esforço de readaptação de toda a complexa máquina pública, o que se pretende alcançar pela criação e implantação do Sistema de Planejamento Orçamentário e Modernização Administrativa.

Como os Srs. poderão observar no documento ora apresentado, cada diretriz encontra a correspondência dos recursos para o período de Plano, sem que suas disposições careceriam de substâncias.

Numa apreciação final das perspectivas de crescimento do Paraná, após a formulação do Planejamento Estadual, podemos salientar que os resultados estão correspondendo à expectativa.

No setor Social, a primeira necessidade que está sendo atendida é a oferta de condições que se ajustem à tendência de urbanização: o Estado terá a população de suas cidades acrescida em 1,8 milhão de pessoas até 1980. Além dos problemas de equipamento urbano, o Estado se defronta com a necessidade de estimular a Economia a gerar empregos suficientes para absorver a mão de obra decorrente. Está em fase final de elaboração o extenso documento que chamamos PDU, ou seja, o Estudo das Alternativas para uma política de desenvolvimento Urbano do Paraná. Foi elaborado através de convênio entre a Universidade Federal do Paraná e Sudeul, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERPHAU) e Governo do Estado. São mais de mil páginas de relatório que oferecem um elenco de alternativas capazes de disciplinar o crescimento das cidades.

Estima-se que a Economia deva gerar 80 mil empregos anuais no Paraná, para absorver a ampliação da força do trabalho.

Uma segunda preocupação no setor social, tem sido a de encontrar novas alternativas capazes de permitir a manutenção do nível de empregos de algumas atividades agro-pecuárias e no estrativismo vegetal. No setor da infraestrutura social, as deficiências a serem eliminadas são realmente desafiadoras. A concretização do objetivo de atingir 80% de escolarização até 1974, tem como pressuposto fundamental a geração de 277 mil novas vagas, dimensionadas conforme a lei da Reforma do Ensino. A melhoria das condições sanitárias da população é outra meta que exige a concentração de esforços para ser atingida. Ainda nesse campo, o saneamento básico exerce papel de destaque, pois atender a oitenta por cento da população urbana, com serviços de água potável, a médio prazo, significa estendê-los a quase três milhões de habitantes até 1977. As atividades econômicas do Estado estão sendo facilitadas pelo poder público por meio de investimentos em transporte, energia elétrica, comunicações e apoio à atividade produtiva. Em cada um dos setores há metas ambiciosas, seja para propiciar uma infra-estrutura adequada, seja para dinamizar áreas de importância estratégica para a economia do Estado e do País.

A viabilidade da aceleração planejada está sendo documentada pelo comportamento do Setor Primário da Economia. No auge da cafeicultura tivemos 1 bilhão e 200 milhões de pés de café, e hoje possuímos cerca de 800 milhões. Mas o programa de replantio e o controle da ferrugem — lançado recentemente pelo Governador Emílio Gomes — garantem uma expansão inicial de 4 milhões de sacas de café para as próximas colheitas.

O soja, confirmando as previsões de contínua expansão, deverá ir a 2,5 milhões de toneladas em três anos. O trigo, em parte cultivado em rotação com o soja, também deverá experimentar grande expansão.

Na pecuária, o Paraná tendo a consolidar sua posição como exportador de carnes, o que é confirmado pela expansão de tais operações em 1972 e perspectivas de mercado. Há pesados investimentos no setor, garantindo considerável acréscimo na capacidade de abate e frigorificação do Estado para os próximos anos.

No setor secundário, os novos investimentos são realmente expressivos. Os investimentos do BADEF, do BRDE e do Banco do Estado, deverão superar a faixa dos 600 milhões de cruzeiros este ano. Dentro do planejamento de distritos industriais, o dimensionamento da Cidade Industrial de Curitiba, assegurou, até agora, decisões de implantação de 15 indústrias, representando aplicações de 450 milhões de cruzeiros e a criação de 4.200 novos empregos diretos num período de 18 meses. Dessas 15 indústrias, 2 já estão em cons-

trução. A médio prazo, deverão se instalar na área mais 30 indústrias, ainda em face de negociações.

No Setor Terciário, há o programa dos Corredores de Exportação, e a dimensão e a envergadura das obras no Porto de Paranaguá são, aqui, desnecessárias mencionar.

O Estado se empenha, atualmente, para a consolidação do Sistema de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. Toma por base, nesse processo, a experiência anterior executada pela União ao institucionalizar, após a Revolução, um sistema próprio de Planejamento, cuja contribuição amadureceu no vigente I Plano Nacional de Desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, o estudo e a crítica de outras experiências a nível estadual, permitiram que, a partir de dificuldades vividas e experiências consagradas, pudessemos configurar um modelo compatível com as peculiaridades paranaenses.

A expressão econômica dos objetivos nacionais, como está contida no I — PND, deve ser desdobrada a nível estadual, no que chamamos "Grandes Objetivos" em nosso planejamento hoje em exame.

O Sistema tem como Órgão Central a Coordenação de Planejamento Estadual, cuja gestão é feita pelo Secretário do Planejamento sob a Direção direta do Sr. Governador do Estado.

Como Órgãos Setoriais existem nas Secretarias os grupos de Planejamento Setorial — GPS — Órgão de assessoramento especializado aos respectivos Secretários em assuntos de planejamento, orçamento e Modernização Administrativa.

Cabe ao GPS transformar em atividade de planejamento, as diretrizes políticas orientadas pelo respectivo Secretário, de acordo com procedimento técnicos recomendados pelo órgão central.

No que toca a Região Metropolitana, assunto que merece a maior preocupação do Governo Federal, a Mensagem 85/73 enviada há dias à apreciação do Poder Legislativo, pelo Senhor Governador propõe a criação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), vinculada também ao órgão central do Sistema.

O Sistema é composto ainda pelo IPARDES — Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social; pelo Departamento Estadual de Estatística, ora em fase de reestruturação, e a PLADEP — Comissão de Planejamento Econômico do Paraná, que até o presente exercício forneceu o suporte institucional administrativo e financeiro à Coordenação de Planejamento Estadual e tem sua extinção prevista para o fim deste ano, completam o conjunto de instrumentos de ação do Governo para o planejamento. A montagem institucional do Sistema está praticamente completa, à exceção da transformação do Departamento Estadual de Estatística e da aprovação, pelo Poder Legislativo, da lei que propõe a criação da Região Metropolitana de Curitiba.

Para que esse sistema todo funcione, preocupa-se a coordenação de planejamento com a criação de recursos humanos ou na formação para implementação de seu trabalho. Assim é que já foram treinados em 72 e 73, mais de 300 técnicos em nível básico e 150 técnicos em nível de especialização.

No campo do planejamento substantivo estão concluídos ou em andamento diversos projetos, entre os quais o PDU, Estudo das alternativas da Política de Desenvolvimento Urbano; o Projeto de Desenvolvimento da Região Noroeste, desenvolvido em convênio com a OEA, Organização dos Estados Americanos; e o Ministério do Interior e Justiça, através do DNOS e Sudesul e o Governo do Estado; indicadores econômicos do Paraná a fim de que se possa a qualquer momento saber como anda a nossa economia.

Os indicadores setoriais do Paraná, indicadores esses que demonstrarão a atuação dos diversos setores, bem como o resultado dos programas planos e projetos implantados em cada setor.

O projeto das perspectivas da agro-indústria no Paraná, trabalho esse que instrumentará o Governo Federal, a fim de que destine incentivos à implantação do polo agro-industrial na Região Sul, polo este reivindicado para o Paraná, dada a nossa vocação de produtor da matéria prima agrícola e pecuária. E que, diante desta meta que compõe o modelo brasileiro de desenvolvimento se pretende aderir totalmente, qual seja no ganho ano a ano de mais mercado externo. Assim é que o Paraná, implantado este programa de agro-indústria, ele não será mais, pretende-se que não seja, um exportador de bens primários e sim agregue o mais possível insumos deste Estado, para que esses produtos tenham seus valores em condições de competição no mercado externo.

E o documento que ora apresentamos a esta Casa, que fixa as diretrizes governamentais para o triênio 73/75.

Assim, o compromisso anteriormente assumido, se está sendo cumprido, também está sendo renovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Gostaria de saber de V. Exa. se as indagações estão franqueadas aos Deputados e, se estiverem, se devem ser feitas agora ou no final.

O SR. IVO MOREIRA — O Presidente é que poderá informar.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Secretário, quando de sua chegada a esta Casa, disse que ia fazer hoje apenas a explanação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Isto quer dizer que está vedado aos Srs. Deputados questionar.

O SR. PRESIDENTE — Consulto o Sr. Secretário se depois estaria disposto a responder perguntas dos Srs. Deputados.

O SR. IVO MOREIRA — Coloco-me à disposição para perguntas, após a leitura do texto.

"A Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral e a Coordenação de Planejamento Estadual estarão sempre abertas ao debate de novas idéias, que possam aprimorar o processo de Planejamento no Paraná, pois um plano que não mobilize a comunidade em torno de suas proposições, estará condenado à frustração e ao fracasso.

Todo este esforço de planejamento, que tem sido atentamente acompanhado e vigorosamente apoiado pelo Governo Federal, tem um objetivo síntese: o de possibilitar ao Estado uma participação ativa, constante e crescente na perseguição dos grandes Objetivos Nacionais, definidos pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento:

— Fazer o Brasil ingressar no rol dos países desenvolvidos no prazo de uma geração;

— Duplicar, até 1980, a renda "per capita" nacional;

— Manter uma taxa de crescimento elevada, com repercussões no Produto e no Emprego, perseguindo, simultaneamente, a redução dos índices inflacionários.

A perfeita sintonia que se observa entre os esforços de planejamento a nível federal e a nível estadual, mostra a disposição inabalável da Revolução em queimar etapas no processo desenvolvimentista, para o qual a participação dos Estados é fundamental.

Todos temos a plena consciência dessas responsabilidades e estamos en-

gajados nesse processo. Este é o maior aval que o Estado pode oferecer de seu trabalho".

Era o que tinha a dizer.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Secretário, primeiramente quero deixar V. Exa. à vontade porque se V. Exa. comparece a esta Casa com o intuito apenas de fazer a exposição, podemos deixar as perguntas para outra vez.

O SR. IVO MOREIRA — Pretendia fazer apenas a exposição e depois do acesso dos Srs. Deputados à documentação que está sendo entregue, poderíamos tornar mais produtivo um debate, com um conhecimento mais profundo do assunto.

No entanto coloco-me à disposição dos Srs. Deputados porque entendo que temos que fazer força num mesmo sentido e venho aqui, desta forma, com uma mentalidade aberta para receber sugestões.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O sentido da intervenção não era polemizar, mas apenas fazer indagações que considero básicas. Todavia, em razão do que explica V. Exa., acho que o ideal seria se transferir para outra ocasião e só me resta agradecer a presença de V. Exa. no Plenário.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Solicitei a palavra para fazer uma sugestão, já que fica aberta a possibilidade de um próximo encontro: entendo que qualquer meta de planejamento estadual deve contar obrigatoriamente com o Governo Federal, porque indiscutivelmente quem detém hoje neste País a maior soma de recursos é o Governo Federal. Faço esta pergunta e essa sugestão a V. Exa., para que traga no próximo encontro, se for possível, os dados referentes ao que o Paraná está recebendo ou pretende dentro do seu planejamento, obter do Governo Federal, porque tenho observado e ainda agora no Orçamento da União, que nosso Estado, embora contribua com uma grande parcela de recursos para o Governo Federal, tem muito pouco a receber.

Acredito que na conjuntura em que vive o País, um Estado só consegue realizar grandes obras amparado com contribuições do Governo Federal. Aliás, é ponto de vista exposto aqui na Casa também por S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda, quando aqui compareceu há tempos atrás, de forma que me permito fazer essa sugestão, que é também um pedido a V. Exa., de que no próximo encontro, quando se for apreciar e debater o planejamento, V. Exa. traga também esses dados a que me referi, porque, repito, qualquer planejamento de qualquer Governo Estadual, tem que repousar em grande parte no auxílio que pretende obter do Governo Federal.

De forma que fica essa sugestão que é também um pedido, juntamente com nossos cumprimentos pela presença de V. Exa. nesta tarde, fato que agrada a todos nós, independente de coloração partidária. Meus cumprimentos e meus agradecimentos.

O SR. IVO MOREIRA — Abrindo um diálogo, queria aditar alguma coisa.

Efetivamente, quando se fala em Governo não se deve esquecer os Municípios. E um grande esforço que o Governo Federal faz, é que os três níveis de execução estejam entrosados. O Paraná, efetivamente, estava um pouco devassado no processo de planejamento federal, de forma que pode ter havido às vezes, um pouco de descompasso na transferência de recursos. Mas vejo hoje que o Governo Federal tem demonstrado muito boa vontade em apoiar o Estado.

Há poucos dias tivemos aí uma série de rodovias que o Ministro de Transporte presidiu a assinatura dos contratos em Palácio. Foram 400 quilômetros de rodovias que o Governo Federal realizará no Paraná.

De forma que aspectos dos recursos internos dependem de um mecanismo técnico, embora um projeto, um plano exista, que os Municípios devam também aderir aos planos federais e estaduais, para que os recursos que são públicos, tenham a melhor utilização.

O Sr. Gilberto Carvalho — Gostaria de saber como é encarado pelo Sr. Secretário do Planejamento esses termos de referência elaborados pelo Serfhu para as micro-regiões.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não poderia deixar de cumprimentar V. Exa. pela maneira gentil e cordial com que se apresenta hoje nesta Assembleia Legislativa para entregar aos Srs. Deputados a Mensagem Governamental, acompanhada deste magnífico documento que pretende nos informar sobre o plano de ação deste Governo e a adoção, segundo explanação de V. Exa., de modernas técnicas orçamentárias que haverão de permitir que as metas governamentais sejam plenamente atingidas.

Ao cumprimentar V. Exa., cumprimento o Sr. Governador que tem, nos últimos dias, permitido o diálogo franco entre a classe política e os homens da administração.

Desejo, também, dizer a V. Exa. que, nesta Casa, todas as proposições governamentais que dizem respeito ao desenvolvimento do Estado têm merecido o unânime apoio dos Srs. Deputados, porquanto todos eles entenderam a intenção do Governador Emílio Gomes em dinamizar o processo de desenvolvimento de nosso Estado.

Receba V. Exa. os meus cumprimentos pessoais e os meus agradecimentos por ter podido ouvir a explanação de V. Exa. e estar de posse deste documento que será de grande utilidade nas proposições futuras que, certamente esta Casa terá que se pronunciar. Muito obrigado.

O SR. IVO MOREIRA — Gostaria de responder ao Deputado Gilberto Carvalho, porém, pergunto ao Deputado Luiz Roberto Soares se deseja fazer alguma pergunta a mais.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Conforme o combinado acho que teremos que marcar uma outra data para que V. Exa. compareça a esta Casa, ocasião em que farei as perguntas que achar necessárias.

O SR. IVO MOREIRA — Com relação a esse plano "Referência de Associação de Municípios", tenho a dizer que tomamos uma posição há bastante tempo. Propusemos ao Serfhu e a Sudesul para que entrassem numa linha de conduta. No entanto, até o momento, não conseguimos o nosso objetivo. Disponho de dezesseis Associações de Municípios e os recursos destinados pela Sudesul, para que se façam esses estudos, limitam-se a três Associações por ano. Assim é, que se temos dezesseis Associações teremos cinco anos e mais um terço do ano para fazer todos esses termos de referência.

Propus à Sudesul que adiantasse os recursos para podermos fazer os estudos todos num ano só, porque se formos esperar cinco anos para estudar uma Associação que, muitas vezes, fica ao lado da que estamos estudando vizinha, teríamos uma situação completamente diversa. Estou fazendo um esforço junto à Sudesul para que adiante os recursos, isto para 54. Desta maneira faríamos todos os estudos e estaríamos no fim de 74 com uma radiografia a nível de atuação de Associações Municipais num mesmo momento.

Hoje se está fazendo um trabalho que se fez na Mogi e se está fazendo na Mopi. E a outra coisa vai indo mais ou menos devagar.

O Sr. Gilberto Carvalho — O termo de referência da Mugi já está concluído e nós recebemos esta semana. E este o motivo da minha apreensão, para que seja executado este plano o mais depressa possível.

O SR. IVO MOREIRA — Certo. Então, existem duas políticas, uma para que se conclua todos os estudos no mesmo ano. E uma segunda, a implantação das recomendações em cada termo. Nós recebemos ontem, inclusive este documento que estamos estudando, para conhecer os mecanismos, recursos, enfim como se poderá desenvolver as recomendações ali contidas. E o desejo é de se implantar em seguida. Deseja também agradecer as palavras do Deputado Ivo Thomazoni e transmitir ao Governador do Estado as observações feitas e de fato a disposição é esta. O diálogo franco, e se recitar quantas vezes forem precisas o presente documento, sempre reavaliando as diretrizes e as medidas a fim de que se viva dentro de uma realidade política e atualizada. E esta a situação e eu agradeço as suas palavras.

O SR. PRESIDENTE — A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado, quer agradecer a presença neste Plenário do Sr. Ivo Moreira, Secretário do Planejamento do Governo do Estado. E solicitar de V. Exa. que transmita ao Governador Emílio Gomes as nossas congratulações por esta maneira franca e cordial dentro do estabelecimento de relação entre o Poder Legislativo e o Executivo. V. Exa. que aqui comparece em nome do Governo do Estado para transmitir aos Srs. Deputados os planos de ação do Governo para o exercício de 73-75, pedimos que leve a S. Exa. o Sr. Governador em nome da Comissão Executiva da Assembléia as nossas congratulações, e dizer a V. Exa. que as portas desta Casa estarão sempre abertas para o diálogo franco e muito útil entre os Srs. Secretários de Estado e Deputados, que são os representantes do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, concede Título de Cidadão Honorário, ao Senhor João Milanez. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194-72, de autoria do Dep. Borsari Netto, que inclui no artigo 129, da Lei n.º 6.174, de 16-11-70, o inciso que especifica. Pareceres **CONTRÁRIOS** da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

Projeto de Lei n.º 194-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica incluído no art. 129, da lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o inciso seguinte:

III — O tempo correspondente à prestação de serviços extraordinários, por designação do Chefe da Repartição, na forma regulamentar.

Art. 2.º — Fica incluído parágrafo único ao art. 175 da supra mencionada lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, com a seguinte redação:

— O funcionário a quem foi ou for cometida a designação para prestação de serviços extraordinários, a requerimento seu, instruído com os comprovantes de efetivo exercício, terá computado, para todos os efeitos legais, os respectivos períodos, respeitando-se para a conversão os critérios dispostos no art. 132.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1972.

(a) Francisco Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

1 — “Tempo de Serviço”, na abalizada opinião de Themistocles Brandão Cavalcanti — “é, para os efeitos legais, a soma dos dias em que o funcionário prestou os seus serviços ao Estado, não se considerando como suscetíveis de desconto algumas faltas toleradas pela lei”.

2 — Realmente, a sã doutrina estatutária confirma esse conceito, consagrado nas disposições do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado (Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970), tal como se encontram expressas, taxativamente:

“TÍTULO V”

“Art. 128 — Será considerado de efetivo exercício o afastamento do servidor em virtude de:

“Art. 129 — Computar-se-á, para todos os efeitos legais

Art. 130 — Para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade será computado integralmente:

Art. 131 — Durante o exercício do mandato eletivo federal ou estadual ... contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para essa promoção, acesso e aposentadoria”.

Por força do Art. 132 — “A apuração do tempo de serviço será feita em dias”.

3 — Um exame mais apurado do art. 129, “(Computar-se-á para todos os efeitos legais)” — merece especial atenção com vistas ao item II:

“O período de férias não gozadas na administração estadual, contado em dobro” — Esta disposição é complementada pela Art. 150, que bem evi-

dencia e reforça a justificativa do ante-projeto, de vez que esclarece, da forma sucinta e incontestável que, no caso, não se trata de uma medida de exceção ou de favor, mas o reconhecimento de um direito criado pela situação de fato, senão vejamos:

“O funcionário que, por imperiosa necessidade do serviço deixa de gozar as férias, a requerimento seu terá computado o respectivo período, em dobro, para todos os efeitos legais, na forma da regulamentação própria”.

4 — “Tempo de Serviço” então, pelas várias formas que levem à sua contagem, caracteriza-se, genericamente em “exercício”, mais precisamente “em efetivo exercício do cargo ou função pública”, cuja prestação deverá ser comprovada, em qualquer hipótese, seja no regime de horário ordinário ou extraordinário de trabalho, atendendo-se às disposições de controle de frequência e da prestação de serviços inerente ao cargo.

5 — Daí ser lógica a ilação de que “O exercício efetivo do cargo ou da função pública” é que determina o “direito de percepção do vencimento e da remuneração”.

Isto é liminar, e a prova está em que, o simples ato de nomeação ou de designação, mesmo o da posse no cargo, propriamente dito, não caracterizam direito ao vencimento ou a remuneração, o que ocorre somente após a comprovação de entrada no exercício do cargo ou função, pelas comunicações das vias administrativas legais, através das quais se realizam os controles impostos pelo “regime de trabalho” com as suas implicações.

6 — Assim, no Capítulo VII — Do Exercício — encontramos a Seção II, — “Do Regime do Trabalho” — cujo art. 53 estabelece: “O Chefe do Poder Executivo determinará, por decreto, quando não discriminadas em lei ou regulamento:

I — para as repartições, horários de trabalho normal;

II — para cada cargo, o mínimo de horas exigíveis por semana, especialmente se sua natureza acarreta prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados, etc.”.

Aliais, para os casos previstos no item II, foi estatuído o “Regime de Tempo Integral”, tal como disposto na Seção III, Arts. 56 e 62.

7 — Em estreita relação com o até agora se arguiu — “Tempo de Serviço” e “Exercício”, encontramos no Capítulo VI — “Do Vencimento e da Remuneração”, o seguinte:

“Art. 156 — Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo correspondente ao símbolo, ou ao nível fixado em lei”.

“Art. 157 — Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei”.

Fica aí, bem claro, que o Art. 156, quando trata da retribuição pelo efetivo exercício do cargo, o faz sob a denominação de “Vencimento” correspondente ao símbolo, ou ao nível fixado por lei. A observação é por demais extensiva, visto que, complementada, mesmo condicionada, quando trata da retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei, situação em que a denominação passa a ser “Remuneração”.

8 — E, a importância da observação feita ao número anterior, caracteriza o disposto no Capítulo VIII — Das Vantagens — Seção III — Das Gratificações — como tais definidas no Art. 172 — Considerar-se-á gratificação:

I —

II — Pela prestação de serviços extraordinários

III —

Isto, com a disposição esclarecedora do Art. 175: “A gratificação pela prestação de serviços extraordinários se destina a remunerar os serviços prestados fora do período normal de trabalho a que estiver sujeito o funcionário, no desempenho das atribuições do seu cargo”.

9 — Assim sendo, o pagamento ou a remuneração do cargo emanam do efetivo exercício, ou seja, do desempenho das atribuições do cargo, o que deverá ser sempre comprovado na forma ou pelos processos decorrentes do Regime de Trabalho, ficando claro que, o tempo de serviço prestado sob a égide de “Serviços Extraordinários”, é “Tempo de Serviço”, conquanto em caráter extraordinário, quicá suplementar, pois implica em exercício do cargo ou da função “fora do período normal de trabalho”, num cometimento que demanda da “imperiosa necessidade do serviço”, e por isso mesmo, criando um direito suscitado pelo Regime de Trabalho e, logo sobrepondo-se o seu reconhecimento, como medida de justiça, para permitir a “CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO”, para todos os efeitos legais.

10 — A contagem do “Tempo de Serviço Extraordinário”, será calculada correspondentemente ao valor arbitrado para a sua prestação e no mesmo critério de proporcionalidade, tudo como se infere do art. 176 — seus incisos e parágrafos.

Tal disposição legal complementaria a fidelidade doutrinária que inspirou a disposição contida no item II, do Art. 129 ... “O Período de férias não gozadas na administração estadual, contado em dobro”.

Encerra-se aí o justo reconhecimento do Estado a uma situação imposta ao servidor, face “a imperiosa necessidade do servidor”, tudo conforme o Art. 150 do E.F.C.E.;

“O funcionário que por imperiosa necessidade do serviço, deixar de gozar férias, a requerimento seu, terá computado o respectivo período, em dobro, para todos os efeitos legais, na forma da regulamentação própria”.

O presente plano de Lei, quer traduzir a vontade de colaborar, e assim, reconhecer, justamente, o trabalho da laboriosa classe funcional do Estado, que não obstante percebe remuneração por serviços prestados extraordinariamente, sofre, em consequência, maior desgaste físico em benefício dos interesses da administração.

LEI N.º 6.174

DATA: 16 de novembro de 1970.

SÚMULA: Estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Executivo do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO V

DOS DIREITOS, VANTAGENS E CONCESSÕES

CAPÍTULO I

Do Tempo de Serviço

Art. 129 — Computar-se-á, para todos os efeitos legais:

I — o tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, desde que remunerado;

II — o período de férias não gozadas na administração estadual contado em dobro.

III — ... vetado...

Parágrafo único — . vetado.

Art. 130

Art. 362 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1.949, e demais disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 16 de novembro de 1.970.

(aa) PAULO PIMENTEL — Lauro Fabrício de Melo Pinto — Rubens Balão Leite — Enéas Muniz de Queiroz — Oscar Felipe Loureiro do Amaral — Nelson Luiz Silva Fanaya — Adolfo Rosevics — José Vaz de Carvalho — Joaquim dos Santos Filho — Júlio Werner Hackradt — Eurides Mascaranhas Ribas

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 194-72

O nobre Deputado Borsari Netto apresenta à consideração da Casa o Projeto de Lei n.º 194-72, que objetiva a inclusão de um inciso III no Art. 129, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná), para o efeito de ser computado, para todos os efeitos legais, como tempo de serviço público, a prestação de serviços extraordinários, por designação do Chefe da Repartição, na forma regulamentar, acrescentando-se, ainda, um parágrafo único, ao Art. 175, da mesma Lei, para disciplinar o critério a ser obedecido no cômputo de tais períodos.

II — Não nos parece, data venia, que, dentro da sistemática do atual Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná, seja possível inserir as pretendidas modificações de que trata a presente proposição.

III — Serviço extraordinário é uma prestação que recebe uma contraprestação, sob a forma de pecúnia.

Não pode ser confundido com o instituto da contagem em dobro dos períodos de férias não gozadas.

Esta contagem visa, essencialmente, a dar uma compensação ao funcionário que, por necessidade imperiosa do serviço, deixa de beneficiar-se do período de descanso anual que lhe é assegurado.

Sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, existe a sanção econômica ao empregador, por meio de pagamento em dobro do salário correspondente ao período de férias, quando não concedido na época própria, mas não se conta em dobro o tempo correspondente.

IV — Isto assestado, já que o serviço extraordinário é remunerado, nada existe que possa justificar uma segunda compensação, de caráter excepcional, ao funcionário, até porque, segundo a regra estatutária, do art. 132, a apuração do tempo de serviço se faz em dias e uma somatória de hora. Para conversão em dias, já que o dia deve ser compreendido como o espaço de tempo de vinte e quatro horas, implicaria, necessariamente, numa contagem paralela ou cumulativa do tempo, o que está expressamente vedado pelo Art. 133, também do Estatuto.

V — O nosso parecer é pela rejeição, face às razões sucintamente expostas.

Sala das Comissões, em 27-6-73

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

Igo Losso — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 194-72, de autoria do nobre Deputado Borsari Netto que dispõe sobre a contagem de tempo pela prestação de serviços extraordinários, incluindo, no Artigo 129, da Lei n.º 6.174, de 16-11-70, o inciso que especifica.

2. Gravado de vício insanável de inconstitucionalidade, como muito bem ressalta o douto Parecer da Colenda Comissão de Constituição e Justiça, às fls. dos Autos, em que pese o elevado escopo do ilustre Autor do Projeto de Lei em testilha não vê esta Comissão de Finanças, como possa ser favorável à aprovação da matéria.

Pela REJEIÇÃO, é o Parecer. s.m.j.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 1973

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — 13 srs. Deputados aprovam.

Nenhum rejeita.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, eu já fiz até declaração de voto. Eu voto contra. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — 2 Srs. Deputados votaram contra — não há quorum para votação.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem). — Sr. Presidente. Os Srs. Deputados que permaneceram no Plenário porém se abstiveram de votar, devem ter as suas presenças contadas. Notamos que a Bancada do MDB não se levantou, mas não se retirou do Plenário, portanto a sua presença vale como quorum.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, solicito que V. Exa. proceda a chamada nominal dos srs. Deputados para a constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. o Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 24 srs. Deputados.

Em votação o Projeto de Lei n.º 194-72.

18 srs. Deputados aprovam;

6 rejeitam. **Aprovado.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 112-73, de autoria do Dep. Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, padronizar uniformes usados nas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com EMENDA SUBSTITUTIVA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 112-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam padronizados todos os uniformes usados nas escolas públicas da rede estadual de ensino do Paraná.

Art. 2.º — Uma Comissão Especial da Secretaria de Educação e Cultura se reunirá ao final de cada ano para fixar o tipo de uniforme a ser destinado para o Ano Letivo seguinte.

Art. 3.º — Os uniformes, padrão para todo o Estado terão, que ser de material, cujo preço esteja nas possibilidades de aquisição da grande maioria.

Art. 4.º — Nenhuma escola poderá estabelecer algum outro uniforme paralelo sem que haja a devida aprovação da Comissão Especial de que trata o Artigo Segundo do presente projeto de Lei.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973.

a) Deputado Antonio C. Belinati.

JUSTIFICATIVA:

A padronização dos uniformes escolares é uma necessidade há muito reclamada, em função de abusos que se verificam em algumas escolas onde se procura fixar, cada dia uniforme mais caro. Em determinados estabelecimentos se procura vestir bem o corpo discente sem contudo atentar para as dificuldades financeiras dos pais. Há cidades que só determinadas firmas vendem os uniformes, o que fatalmente, pela falta de concorrência encarece o custo deste material. O estabelecimento de um único tipo de uniforme dará oportunidade para o barateamento dos elevados gastos que os pais enfrentam para que seus filhos frequentem as escolas.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 112-73

AUTOR: Deputado Antonio Belinati

SUMULA: Padroniza todos os uniformes usados nas escolas públicas da sede estadual de ensino do Paraná.

PARECER

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado Antonio Belinati, visa padronizar todos os uniformes usados nas escolas públicas da rede estadual de ensino do Paraná.

A medida é das mais salutaras, procurando coibir os abusos que se verificam em determinados estabelecimentos de ensino quanto às exigências na confecção dos uniformes escolares.

A proposição, quanto à forma, obedece às determinações do Regimento Interno deste Poder Legislativo, é escorreita tanto sob o aspecto constitucional e legal não havendo portanto qualquer obstáculo que se lhe anteponha.

Considerando o alto alcance que se propõe opinamos pelo ACOHIMENTO do Projeto, para ulterior trâmite procedimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1973.

aa) Wilson Fortes — Presidente

Antonio Lopes Júnior — Relator

Ivo Thomazoni

Quielise Crisóstomo da Silva

Sebastião Rodrigues Júnior.

Comissão de Instrução Pública

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 112-73.

O Projeto de Lei n.º 112-73, de autoria do nobre Deputado Antonio Belinati, é de iniciativa das mais louváveis.

Entretanto, para que melhor alcance as suas finalidades entendemos de-va ser aprovada na forma da Emenda Substitutiva anexa.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1973.

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Olavo Ferreira — Relator

Rosário Pitelli

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Projeto de Lei n.º 112-73

Art. 1.º — Ficam padronizados todos os uniformes usados nas escolas públicas da rede estadual de ensino, atendendo-se às condições climáticas de cada região.

Art. 2.º — A fixação do tipo dos uniformes ficará a cargo de uma Comissão Especial da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 3.º — Nenhum estabelecimento de ensino público poderá estabelecer qualquer outro uniforme paralelo, sem que haja a devida aprovação da Comissão Especial de que trata o Art. 2.º.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1973.

aa) Antonio Lopes Jr. — Presidente

Olavo Ferreira — Relator

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 138-73, de autoria do Dep. Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antonio com sede e foro na Cidade de Bocaiuva do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 113-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antonio, com sede e foro na cidade de Bocaiuva do Sul. Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.6.73.

a) Quielise Crisóstomo

JUSTIFICATIVA:

A entidade que com este Projeto de Lei se pretende declarar de utilidade pública, é a Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antonio com sede no município de Bocaiuva do Sul. A utilidade pública da referida Sociedade é notória na sede do município onde está localizada, esperando por isso, o deputado subscritor do Projeto, que o mesmo seja aprovado por esta augusta Casa.

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N.º 138-73

1 — O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, visa declarar de utilidade pública a Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antonio, com sede e foro na cidade de Bocauva do Sul.

2 — Referida proposição, está perfeitamente de acordo com os dispositivos da Lei Federal n.º 91, de 29.8.35, regulamentada pelo Decreto n.º 50.517 de 02.5.61 donde se conclui que a mesma preenche os seguintes requisitos, contidos no seu Estatuto:

a) — que está em funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade;

b) — que tem personalidade jurídica e;

c) — que os seus diretores não são remunerados.

3 — Quanto aos aspectos constitucional, legal e da oportunidade que cabe a esta Comissão examinar, não há restrição a fazer.

4 — Dada a razões expostas, somos pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973.

aa) Presidente Antório Costa

Relator — Wilson Fortes

Ovidio Luiz Franzoni

Erondy Silvério

Ivo Tomazoni

Quielise Crisóstomo

Nelson Buffara

Comissão de Finanças
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 138-73

1 — Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 138-73, de autoria do nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antonio, com sede e foro na cidade de Bocauva do Sul, neste Estado.

2 — Havendo já a douda Comissão de Constituição e Justiça em seu R. Parecer de fls. se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade da matéria, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é própria como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei em testilha.

Pela Aprovação é o Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, 04 de setembro de 1973.

aa) Presidente — Quielise Crisóstomo

Relator — Deputado João C. Fadel

Alvaro Dias

Gilberto Carvalho

1.a Discussão do — Projeto de Lei n.º 162-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 67-73, encaminhando anteprojeto de lei que reconhece como de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Públicos do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com SUBSTITUTIVO. — EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

MENSAGEM 67-73

Curitiba, 2 de agosto de 1973.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais o incluso anteprojeto de lei, que visa a uniformizar e consolidar a legislação esparsa já existente, que reconhece a Associação dos Servidores Públicos do Paraná pessoa jurídica de Direito Privado com sede e foro nesta Capital como de utilidade pública, além de conferir-lhe a condição de consignatária para efeito de descontos m folhas de pagamento, e assegurar-lhe todos os privilégios e regalias como órgão de representação individual ou coletiva dos seus associados nos termos de que dispõe a Lei Federal n.º 1.134 de 15 de junho de 1950.

2. Certamente não é desconhecido dos nobres Deputados Estaduais os altos e relevantes serviços que a A.S.P.P. fundada há mais de quarenta anos, tem prestado à nobre classe do funcionalismo público, não só do Estado, mas por igual dos Municípios notadamente o da Capital e da própria União, já que seu quadro associativo hoje com perto de trinta e três mil filiados, abriga Servidores das três esferas do Poder Público.

3. Já o Decreto Federal n.º 4.542, de 19 de agosto de 1939, reconheceu a Associação dos Servidores Públicos do Paraná como de utilidade pública, o mesmo fazendo o Decreto Estadual n.º 19.375 de 28 de agosto de 1965, o qual, ainda lhe conferiu a condição de pessoa consignatária, para efeito de descontos em folha de pagamento a exemplo do que já fora assegurado pelo Art. 4.º, do Decreto Estadual n.º 1.881, de 16 de agosto de 1934, no Governo do Saudoso Sr. Manoel Ribas.

4. A benemerência e a expressão como entidade associativa da A.S.P.P. já foram consagradas na legislação estadual quando a considerou, pelo Art. 342, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), como órgão oficial de representação da classe.

Resta agora a legislação complementar que submetemos à alta consideração da Assembléia Legislativa, para que a Associação dos Servidores Públicos do Paraná fique amparada, em definitivo, por diplomas legais que a habilitará a continuar cumprindo e desenvolvendo como até aqui, um amplo programa de assistência aos seus milhares de filiados.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. A Associação dos Servidores Públicos do Paraná, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede e foro na Capital do Estado, na qualidade de órgão oficial de representação da classe, conforme dispõe o Art. 342 da Lei 6.174 de 16 de novembro de 1970, é considerada de utilidade pública, e se lhe asseguram todos os direitos e prerrogativas mencionados na Lei Federal n.º 1.134 de 15 de junho de 1950.

Art. 2.º. Fica a mesma entidade reconhecida como pessoa consignatária, junto aos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, bem como junto aos Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, Polícia Militar e empresas de natureza estatal para efeito de descontos em folha de vencimentos e salários de funcionários ou empregados de qualquer regime jurídico, ativo, inativos ou em disponibilidade, que se refiram a mensalidades sociais seguros de vida ou operações resultantes de assistência financeira social, médico-hospitalar e outras, inclusive fiança de alugueres.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO N. 19.375

O Governador do Estado do Paraná no uso de suas atribuições e tendo em vista o vencido no protocolado sob o n.º 17.456-65, neste Palácio

DECRETA:

Art. 1.º — É considerada de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos do Paraná, com sede e foro em Curitiba Capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Fica a Associação dos Servidores Públicos do Paraná reconhecida como pessoa consignatária, inclusive para seguros perante as repartições pagadoras estaduais, para fins de consignação em folha de vencimentos ou proventos de servidores na atividade ou inatividade.

Art. 3.º — A Associação dos Servidores Públicos do Paraná goza das regalias do órgão de representação individual ou coletiva de seus associados nos precisos termos da Lei Federal n.º 1.134 de 14 de junho de 1950.

Art. 4.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 21 de agosto de 1965, 144 da Independência e 77.º da República.

(aa) NEY BRAGA

Felipe Aristides Simão.

(Publicado no Diário Oficial n.º 147, de 31 de agosto de 1965).

Lei n.º 1.134 — de 14 de junho de 1950

Faculta representação perante as autoridades administrativas e a justiça ordinária aos associados de classes que especifica.

Art. 1.º — As associações de classes existentes na data da publicação desta Lei, sem nenhum caráter político, fundadas nos termos do Código Civil e enquadradas nos dispositivos constitucionais, que congreguem funcionários ou empregados de empresas industriais da União administradas ou não por ela, dos Estados, dos Municípios e de entidades autárquicas, de modo geral é facultada a representação coletiva ou individual de seus associados, perante as autoridades administrativas e a justiça ordinária.

Art. 2.º — A essas associações, que passam a ter as prerrogativas de órgãos de colaboração com o Estado, no estudo e na solução dos problemas que se relacionem com a classe que representam, é permitido mediante consignação em folha de pagamento de seus associados, o desconto de mensalidades sociais.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

(Publicada no Diário Oficial da União do dia 20.06.1950)

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 162-73

AUTOR: — Poder Executivo

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Projeto de Lei visa, declarar de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos do Paraná, bem como reconhecer a referida entidade como pessoa consignatária, junto aos órgãos da administração direta e indireta do Estado.

A iniciativa deve merecer a aprovação desta Casa, pois é, realmente muito oportuna. No entanto, aproveito a oportunidade para oferecer um Substitutivo incluindo um artigo ao Projeto, que me parece de muita justiça, qual seja o de aplicar ao Secretário da A.S.P.P. do Paraná a disposição do parágrafo 2.º, da do artigo 342, da Lei n.º 6.174.

É pela aprovação dos termos do Substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 3 de outubro de 1973.

aa) Ilgível — Presidente

Erondy Silvério — Relator

duas as. ilegíveis.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N. 162-73

Art. 1.º — A Associação dos Servidores Públicos do Paraná, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede e foro na Capital do Estado, na qualidade de órgão oficial de representação da classe conforme dispõe o Art. 342, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970, é considerada de utilidade pública, e se lhe asseguram todos os direitos e prerrogativas mencionados na Lei Federal n.º 1.134, de 15 de junho de 1950.

Art. 2.º — Fica a mesma reconhecida como pessoa consignatária, junto aos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, bem como junto aos Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, Polícia Militar e empresas de natureza estatal para efeito de descontos em folha de vencimentos e salários mediante autorização expressa de funcionários ou empregados de qualquer regime jurídico, ativo, inativos ou em disponibilidade, que se refiram a mensalidades sociais seguros de vida ou operações resultantes de assistência financeira, social, médico-hospitalar e outros, inclusive fiança de alugueis.

Art. 3.º — O disposto no parágrafo 2.º do artigo 342, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, aplica-se ao Secretário da Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de outubro de 1973.

as. ilegível — Presidente

Erondy Silvério — Relator

duas as. ilegíveis.

Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 162-73

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 162-73, originário através de Mensagem do Poder Executivo que encaminhou anteprojeto de lei visando uniformizar e consolidar legislação esparsa já existente, que reconhece a Associação dos Servidores Públicos do Paraná como de utilidade pública, e dá outras providências.

2. A douda Comissão de Constituição e Justiça pronunciando-se quanto à legalidade e constitucionalidade da matéria nada teve a objetar em seu R. Parecer de fls., havendo entendido, no entanto, de apresentar substitutivo ao projeto de lei original acrescentando-lhe mais um artigo.

3. Não havendo implicações de ordem financeira na eventualidade de

aprovação da matéria não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de manifestar-se favoravelmente à apresentação do Projeto de Lei testilhado com o substitutivo.

Pela Aprovação, é o Parecer, s.m.j.

as. ilegível — Presidente

aa) João C. Fadel — Relator
duas as. ilegíveis.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 190-73 de autoria do Deputado Antonio F.F. da Costa, que autoriza o Poder Executivo alterar a forma de cobrança das Mensalidades em atraso dos Serventuários da Justiça, junto à Carteira de Pensões do Instituto de Previdência do Estado. Parecer favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 190-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a isentar de multa e correção monetária, o pagamento das mensalidades em atraso dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, junto à Carteira de Pensões do Instituto de Previdência do Estado, concedendo-lhes inclusive parcelamento.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1973.

(a) — Antonio Costa.

JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto tem por finalidade resolver um dos problemas cruciantes da nobre classe dos Serventuários da Justiça do Paraná; as alterações dos textos legais que alicerçaram a cobrança das mensalidades, o não atendimento do IPE nas respectivas Comarcas no que concerne a essas mensalidades, o não conhecimento dos dispositivos legais por parte de muitos dos serventuários são algumas razões que levaram ao atual estado as mensalidades atrasadas, algumas desde 1.964 cujo valor na época era por exemplo de Cr\$ 6,85 e atualmente a correção monetária elevou a Cr\$ 25,09. Alguns serventuários estão em débito com a Carteira de Pensões em montantes elevadíssimos sem condições de a curto ou médio prazo saldar essas obrigações. Encontrar-se-ia assim, um denominar comum, com a não incidência de multa e correção monetária sobre esses atrasados o que não alteraria a situação financeira do poderoso IPE. Ressalte-se que a medida inicial para a regularização foi tomada pela própria Associação dos Serventuários da Justiça conforme comprova Expediente oriundo desta Casa Legislativa.

Assim nobres Deputados, submeto à apreciação de Vossas Excelências o presente anteprojeto ciente de estar pleiteando algo justo e humano e laboriosa classe dos Serventuários.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 190-73

Autor: — ANTONIO F. FERREIRA DA COSTA

Com este Projeto de Lei, pretende o nobre Deputado Antonio Costa, Filho autorizar o Poder Executivo a isentar de multa e correção monetária, o pagamento das mensalidades em atraso dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, junto à Carteira de Pensões do Instituto de Previdência do Estado, concedendo-lhes inclusive parcelamento.

Como se trata de mera autorização legislativa, entendo que a matéria poderá ser aprovada, inclusive porque a justificativa do nobre autor nos convence de sua oportunidade.

Sala das Comissões, em 19 de 9 de 1973

(aa) Antonio Costa — Presidente

Quielso Crisóstomo da Silva — Relator
(Assinaturas ilegíveis)

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 190-73, de autoria do nobre Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo alterar a forma de cobrança das mensalidades em atraso dos Serventuários da Justiça, junto à Carteira de Pensões do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — IPE.

2. Havendo a douta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela legalidade e constitucionalidade da matéria em seu R. Parecer de fls., e sendo evidente o interesse social do Projeto de Lei em testilha, não vê, esta Comissão de Finanças, como deixar de pronunciar-se favoravelmente ao mesmo.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 09 de outubro de 1973.

aa) (Ass. ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, em que pese o respeito que tenho pelo Nobre Deputado Antônio Ferreira da Costa, autor da proposição em exame, vou votar em 1.a discussão favoravelmente mas me reservo de amanhã, em 2.a discussão, apresentar Emendas. Isto é uma aberração; é uma Lei de exceção. Está se preconizando apenas aos Serventuários da Justiça. Por que? Por acaso os Servidores do Poder Executivo e do Poder Legislativo não são iguais aos Servidores da Justiça? Quer se dispensar da correção monetária e juros das mensalidades em atraso junto ao IPE. Idêntica medida que seja extensiva a todos os contribuintes.

O Funcionário do Poder Executivo atrasa, como multa, correção monetária etc. Ao servidor da Justiça se dispensa tudo.

Vou votar favoravelmente hoje porque é quanto ao aspecto legal, mas em segunda discussão me reservo o direito de apresentar uma Emenda e quero que fique consignado em Ata o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa fará consignar em Ata a declaração de voto do Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ANTÔNIO COSTA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, apenas para esclarecer ao Nobre Deputado Erondy Silvério que não ocorrem estes casos que ele acabou de ventilar, com os funcionários públicos normais. O caso dos serventuários da Justiça é diferente, porque não percebem pelos cofres públicos. O recolhimento será voluntário. Os funcionários efetivos, que percebem dos cofres públicos, são descontados em folha, de modo que não têm atrasos, multas e correção monetária.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela Ordem). Sr. Presidente, quero informar ao Nobre Deputado Antônio Costa que existem centenas de funcionários públicos que estão à disposição de outros órgãos e não dispensam a mensalidade do IPE em folha.

Falo isto com base, porque também não desconto em folha e estou recolhendo diretamente no Instituto de Previdência.

Levo ao conhecimento da Casa que centenas de funcionários públicos estão com o pagamento do Instituto em atraso, e sofrem correção monetária.

Confesso que por um descuido deixei de recolher as devidas mensalidades e, ao pagar, tive correção monetária e juros a pagar.

O SR. PRESIDENTE — Em votação em 1.a discussão o Projeto de Lei 190-73. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 228-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 84-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar no Serviço Público Estadual, a categoria de Pessoal Suplementar e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDAS, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM

84-73

Curitiba, 3 de outubro de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar no serviço público estadual a categoria de Pessoal Suplementar, para desempenho de trabalhos ou tarefas complementares aos dos funcionários integrantes das carreiras do pessoal permanente.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativo, eis que virá ensejar condições no sentido de que a Administração, contando com uma categoria de Pessoal Suplementar, possa fazer frente a necessidades urgentes e inadiáveis ao desenvolvimento de seus vários setores, sem ficar adstrita às normais dificuldades no que pertine ao provimento de cargos dos quadros do pessoal permanente, não só em função da necessidade de criação de cargos, como também pela demanda de tempo exigido para realização de concursos e preenchimento de outros requisitos.

A categoria de Pessoal Suplementar não se constitui numa experiência nova, pois a Administração, em outra época, houve por bem adotar essa sistemática, a qual respondeu plena e eficientemente aos seus objetivos.

Assim, o Poder Executivo, com o recurso que o questionado Plano de Lei lhe proporcionará, observadas as disposições da Legislação Federal, especificamente as do Ato Complementar n.º 52, de 2-5-69, poderá admitir o pessoal auxiliar necessário e com isso dinamizar e desenvolver os setores de ensino, pesquisa, saúde, engenharia, obras e outros, fato que, sem dúvida alguma, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade.

Vale ainda, ressaltar, que o anteprojeto de lei em causa, define de maneira justa, racional o reconhecimento de específicos direitos e garantias atribuíveis ao Pessoal Suplementar, dado seu caráter peculiar de transitoriedade, pelas admissões estritamente vinculadas ao exercício financeiro e, obviamente condicionadas e limitadas às dotações orçamentárias próprias. Portanto, são expressamente assegurados ao Pessoal Suplementar, salário proporcional, repouso remunerado, licença, férias, salário família, aposentadoria; assistência e previdência pelo I.P.E., além de outros benefícios pertinentes aos servidores públicos.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25 da Constituição Estadual.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado JOÃO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/ Capital

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Serviço Público Estadual, a categoria de Pessoal Suplementar, para o desempenho de trabalhos e tarefas complementares aos dos cargos ocupados por funcionários públicos.

Art. 2.º. O Pessoal Suplementar será sempre admitido ou reconduzido para o exercício financeiro e perceberá salário na base da jornada semanal de trabalho efetivamente realizado.

Parágrafo único. No salário que perceber em cada mês, o Pessoal Suplementar fará jus aos dias em que não houver expediente oficialmente declarado, desde que tenha comparecido ao serviço durante os demais dias da respectiva semana.

Art. 3.º. O Pessoal Suplementar será admitido ou reconduzido nas categorias de PS-1 (braçal), PS-2 (auxiliar) e PS-3 (profissional).

Parágrafo único. A especificação funcional de cada categoria de Pessoal Suplementar, far-se-á mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4.º. O salário mensal do Pessoal Suplementar será calculado em função da jornada semanal de trabalho, de 24, 32 ou 40 horas, tendo por base o salário mínimo fixado para a Capital do Estado, na seguinte proporção:

CATEGORIA	JORNADA SEMANAL (n.º de horas)	SALÁRIOS MÍNIMOS
PS-1	24	0,6
PS-1	32	0,8
PS-1	40	1,0
PS-2	24	0,9
PS-2	32	1,2
PS-2	40	1,5
PS-3	24	1,2
PS-3	32	1,6
PS-3	40	2,0

Art. 5.º. Além do salário previsto no artigo anterior, o Pessoal Suplementar poderá perceber o salário família e diárias.

Art. 6.º — O salário família e a tabela de diárias devidos ao Pessoal Suplementar será fixado em decreto, a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7.º. Ao Pessoal Suplementar cabem as seguintes licenças:

- I — para tratamento de saúde;
- II — quando acidentado no exercício de suas atribuições;
- III — quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia, cegueira, lepra, paralisia e cardiopatia grave;
- IV — quando convocado para o serviço militar;
- V — à gestante.

Art. 8.º. O Pessoal Suplementar terá direito aos seguintes afastamentos com remuneração:

- I — 20 (vinte) dias consecutivos de férias depois de cada ano de efetivo exercício;
- II — 8 (oito) dias por motivo de casamento, ou luto por falecimento de cônjuge, filho, pai, mãe, ou irmão;
- III — 2 (dois) dias para cumprir obrigações eleitorais;
- IV — 1 (um) dia para registro civil dos filhos.

Art. 9.º. É proibido a acumulação de férias e levar à sua conta qualquer falta ao trabalho.

Art. 10.º. Após um período de carência de 3 (três) anos de efetivo exercício poderá ser concedida aposentadoria ao Pessoal Suplementar e pensão aos seus herdeiros, em caso de falecimento.

§ 1.º. A aposentadoria será concedida:

- a) — compulsoriamente, quando atingir a idade de 70 (setenta) anos;
- b) — a requerimento, independentemente de inspeção de saúde, se contar mais de trinta e cinco anos de serviço se do sexo masculino e trinta anos se do sexo feminino;
- c) — quando verificada a sua invalidez para o serviço público;
- d) — quando inválido, em consequência de acidente ou agressão não provocada, no exercício de suas atribuições, ou de doença profissional;
- e) — quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia cardiopatia grave e outras moléstias que a Lei indicar, na base de conclusões da medicina especializada;
- f) — quando, depois de haver gozado vinte e quatro meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, se verificar não estar em condições de reassumir o exercício do cargo.

§ 2.º. Nos casos das alíneas c, d, e, e f, serão dispensados do período de carência de que trata este artigo.

Art. 11. Os proventos de aposentadoria do Pessoal Suplementar serão integrais:

- I — Para os que contarem 35 (trinta e cinco) anos de serviço público estadual se do sexo masculino e 30 (trinta) anos se do sexo feminino;
- II — para os que se invalidarem por acidente ocorrido em serviço, por moléstia que esteja relacionada na alínea "e", do § 1.º, do artigo anterior.

Art. 12. Os proventos de inatividade nos demais casos, além dos previstos no artigo anterior, serão proporcionais ao tempo de serviço, na razão de um trinta e cinco avos para os homens e de um trinta avos para as mulheres, por ano de serviço.

Art. 13. Os integrantes das categorias de Pessoal Suplementar gozarão dos favores do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE, para o que ficam sujeitos à contribuições a serem fixadas em Decreto.

Art. 14. Em cada Secretaria de Estado, Departamento Autônomo e Autarquia, poderá haver uma Tabela de Pessoal Suplementar, aprovada pelo Governador do Estado, com a indicação de número, categoria, jornada semanal de trabalho e o salário diário correspondente, observando-se, na sua criação ou alteração, o limite das dotações orçamentárias próprias.

Art. 15. Nenhuma admissão ou recondução de Pessoal Suplementar poderá ocorrer sem prévia aprovação do Governador do Estado e publicação, no "Diário Oficial", da Tabela a que se refere o artigo anterior.

Art. 16. Cabe ao Secretário de Estado, ao Diretor de Departamento Autônomo ou dirigente de Autarquia baixar os atos necessários à administração do Pessoal Suplementar, ocupante das categorias previstas na respectiva Tabela, enviando cópia de cada ato ao Departamento Estadual do Serviço Público para efeito de controle e publicação no "Diário Oficial".

Art. 17. Será feita no início de cada exercício financeiro, a revisão das Tabelas de Pessoal Suplementar dos órgãos referidos no artigo 16, desta Lei.

Parágrafo único. Esta revisão compreenderá a recondução do pessoal suplementar considerado indispensável, a inclusão de novas funções e dos nomes propostos, a vigorar a partir do exercício financeiro, respeitada sempre a dotação orçamentária própria.

Art. 18. Caberá ao D.E.S.P. manifestar-se sobre as condições de admissão do Pessoal Suplementar, quanto à natureza das atividades a serem desempenhadas, às relações de emprego, à equivalência, semelhança e correspondência de encargos e obrigações, à seleção e outros aspectos de administração do pessoal.

Art. 19. O Pessoal Suplementar não poderá ser desviado para serviços diferentes daqueles para que foi admitido.

Art. 20. No prazo de 90 (noventa) dias contados da data da publicação desta lei, será baixado decreto de sua regulamentação.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 228-73

PARECER

O Projeto de Lei enfocado, oriunda-se da Mensagem Governamental n.º 81-73, encaminhando para os fins constitucionais. Plano de Lei que objetiva criar no Serviço Público Estadual a categoria de Pessoal Suplementar, para desempenho de trabalhos ou tarefas complementares aos dos funcionários integrantes das carreiras do pessoal permanente.

Referida medida, conforme justifica a Mensagem Governamental, dinamizará e desenvolverá sobremaneira os setores de ensino, pesquisa, saúde, engenharia obras e outros, razão pela qual, atende plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade.

Sob o aspecto constitucional legal e formal a proposição é escoreita, pois foi elaborada conforme preceitua o parágrafo 3.º do art. 35, da Constituição Estadual.

Face as considerações acima expendidas, opino pela APROVAÇÃO do Projeto com a Emenda anexa, apresentada com o objetivo de dar maior clareza aos artigos nela contidos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1973

(aa) Antônio Costa — Presidente

Ivo Thomazoni — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 228-73:

O artigo 4.º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4.º — O salário mensal do Pessoal Suplementar determinado em função da jornada semanal de trabalho, de 24, 32 ou 40 horas, tem por base o salário mínimo fixado para a Capital do Estado, na seguinte proporção:

CATEGORIA	JORNADA SEMANAL (n.º de horas)	SALÁRIO MENSAL
PS-1	24	0,6 salário mínimo
PS-1	32	0,8 salário mínimo
PS-1	40	1,0 salário mínimo
PS-2	24	0,9 salário mínimo
PS-2	32	1,2 salários mínimos
PS-2	40	1,5 salários mínimos
PS-3	24	1,2 salários mínimos
PS-3	32	1,6 salários mínimos
PS-3	40	2,0 salários mínimos

O artigo 14 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 14 — Em cada Secretaria de Estado, Departamento Autônomo, Autarquia e nos demais Poderes do Estado, poderá haver uma Tabela de Pessoal Suplementar, aprovada pelo Governador do Estado, com a indicação de número, categoria, jornada semanal de trabalho e o salário diário correspondente, observando-se, na sua criação ou alteração, o limite das dotações orçamentárias próprias".

O artigo 16 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 16 — Cabe ao Secretário de Estado ao Diretor de Departamento Autônomo, ao Dirigente de Autarquia e aos Presidentes dos demais Poderes do Estado, baixar os atos necessários à Administração do Pessoal Suplementar, ocupante das categorias previstas na respectiva Tabela, enviando cópia de cada ato ao respectivo Órgão Central de Pessoal para efeito de controle e publicação no Diário Oficial".

O artigo 18 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 18 — Cabe ao Órgão Central de Pessoal manifestar-se sobre as condições de admissão do Pessoal Suplementar, quanto à natureza das atividades a serem desempenhadas, às relações de emprego, à equivalência, semelhança e correspondência de encargos e obrigações, à seleção e outros aspectos de administração do pessoal".

Sala das Reuniões, em 17-10-73

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 228-73

Autor: — Poder Executivo

De autoria do Poder Executivo, com emendas desta Casa, o Projeto de Lei em exame objetiva criar, no serviço público estadual, a categoria de Pessoal Suplementar.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, já examinou a matéria e julgou-a perfeita do ponto de vista legal. Do ponto de vista financeiro, que me cabe examinar nesta Comissão, entendo que o Projeto está em condições de ser aprovado, com as emendas.

É o parecer. S.M.J.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1973

(aa) Quilise Crisóstomo — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Sargentos Antônio Aridaldo Walter, e Haroldo Cordeiro Filho, e do Soldado Reney Gumy e do Recruta Ademir Fujansyl, ocorrido em lamentável acidente de trânsito. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando aquiescência do Plenário, seja mantida a Sessão do dia 31 do corrente mês, e desta forma tornado sem efeito Requerimento anterior, em sentido contrário. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 240.º aniversário de fundação do Município de Morretes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S.A., no sentido de que seja permitido aos pequenos moínhos, o desempenho de suas atividades bem como seja estudada modificação da legislação do Decreto Lei n.º 210, dando prioridade para os moínhos localizados nas zonas produtoras e consumidoras evitando com isso o longo passeio do trigo. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 194-72 — 8-73 — 112-73 — 138-73 — 162-73 — 180-73 e 228-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 361-68 — 216-72 — 89-73 e 144-73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DA REFORMA DA LEI ORGÂNICA DO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS — I.C.M.

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

ATA DA 2.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três às quinze horas e trinta minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior e contando com as presenças dos Senhores Deputados Erondy Silvério e Domicílio Scaramella, reuniu-se a Comissão Especial para Estudo da Reforma da Lei Orgânica do Imposto de Circulação de Mercadorias — I.C.M., havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada sem restrições, a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expe-

diente, passou-se à Ordem do Dia. A seguir pelo Senhor Relator Geral, Deputado Erondy Silvério, foi apresentado relatório oriundo de sugestões oferecidas por diversos Deputados, através de Projetos de Lei e Proposições, e também sugestões colhidas junto a entidades de classe, abaixo discriminadas: Projetos de Lei n.ºs. 219-72, 221-72 e 222-72, de autoria dos Deputados Nivaldo Krüger, Domício Scaramella e Erondy Silvério respectivamente, Proposição n.º 248-73, de autoria dos Contabilistas e dirigentes de Escritórios de Contabilidade, da cidade de Clevelândia, Proposições n.ºs. 150-73, 158-73 e 139-73, de autoria dos Deputados Erondy Silvério, Mauricio Fruet e Muggiati Filho, Proposições n.ºs. 149-73 e 151-73, de autoria da Associação dos Contabilistas da cidade de Cambé, Proposição n.º 144-73, de autoria dos Contadores do Município de São José dos Pinhais, Ofício s/n.º protocolado sob n.º 4832-73, de autoria do Senhor Deputado Domício Scaramella, Requerimento protocolado sob n.º 5292-73, de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, Ofício n.º 052/206-73, protocolado sob n.º 5106-73, da Federação das Associações Comerciais do Paraná, Ofícios n.ºs. 41-73 e 21-73, do Sindicato dos Contabilistas de Londrina, Ofício n.º 1629-73, do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, Ofício n.º 137-73 da Associação Comercial e Industrial de Cascavel, Ofícios n.ºs. 2293-AN-73 e 2679-AN-73, da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Estado do Paraná, Ofício s/n.º da Associação dos Contabilistas e Empresas Contábeis de Araçongas, expediente protocolado sob n.º 5293-73, de F. Slaviero e Filhos S/A, expediente protocolado sob n.º 6372-73, do Sindicato dos Contabilistas de Londrina e ainda várias sugestões colhidas de diversos documentos que deram entrada nesta Comissão e que não foram protocolados. Colocado em votação o citado Relatório foi aprovado in totum, bem como o anteprojeto de lei de autoria da Comissão. Usando da palavra o Senhor Deputado Domício Scaramella, solicitou a Presidência o envio de cópias do Parecer e do Anteprojeto de Lei do Senhor Secretário da Fazenda, a fim de que o mesmo emita sua opinião sobre matéria considerada como de real interesse para a arrecadação estadual e ao mesmo tempo convidando-o a comparecer a esta Casa para que em plenário verse sobre o documento em tela, pertinente a sua Pasta. A proposição foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos e para constar lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Dep. Antônio Lopes Júnior — Presidente
Agildes de Oliveira Martins — Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 15.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e trs, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e presentes os Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Igo Losso,

Paulo Camargo, Quielise Crisóstomo da Silva e Marciano Baraniuk este último convocado pelo Senhor Presidente em razão de ser suplente desta Comissão. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior, sem observações. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se a seguinte Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 108-73, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Dá nova redação ao artigo 17 e parágrafos 1.º e 2.º da Lei n.º 6.212, de 9.8.71, e dá outras providências. Relator Deputado Igo Losso. Parecer contrário. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 203-73, de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal equivalente a dezesseis vezes o maior salário mínimo regional, à Sra. Neusa Nascimento de Mello Leitão, viúva de ex-Interventor Estadual. Relator: Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Pedido de vista do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Deferido. 3) — PROJETO DE LEI N.º 209-73, de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruet. Isenta da contribuição mensal devida ao Instituto de Previdência do Estado, servidores públicos inativos, civis, militares e autárquicos, assegurando-se-lhes os benefícios previdenciários e assistenciais. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 215-73, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel. Autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, um veículo marca Willys, que especifica, pertencente à Secretaria de Agricultura. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 221-73, de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva. Institui gratificação especial de 40% sobre os respectivos vencimentos, aos Servidores que operam com Raio X e substâncias radioativas. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 225-73, de autoria do Senhor Deputado Aquinaldo Pereira Lima. Autoriza o Poder Executivo estadualizar o Grupo Escolar Castro Alves, do Distrito de Tupãssi, Município de Assis Chateaubriand. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 228-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 84-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar no Serviço Público Estadual, a categoria de Pessoal Suplementar e dá outras providências. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável com emenda. Aprovado. 8) — PROPOSIÇÃO N.º 1-71, de autoria da Assembleia Legislativa do Paraná. Ofício encaminhando Proposição no sentido de ser encaminhado sugestões junto ao Supremo Tribunal Federal para que encaminhe estudos ao Congresso Nacional, propondo a Federalização da Justiça e do Ministério Público nos Estados da Federação. Relator Deputado Igo Iwant Losso. Parecer contrário e no sentido de ser arquivada. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs. 226-73 — 227-73 — 235-73 — 236-73 — 237-73 — 239-73 e 340-73, todos concluindo que os VETOS estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária